

DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLÉIA GERAL REALIZADA EM 17/11/2005

Os servidores Técnicos Administrativos da UFG deflagraram o movimento de greve num momento que o País atravessava uma de suas maiores crises políticas. Bombardeado pelas forças depostas do poder político em 2002 e, também, por setores tidos de esquerda, ancorados por importantes meios de comunicação, o Governo Lula e o PT passam a viver sob forte e angustiante processo de denúncias e conseqüentemente todos os partidos da base de sustentação do governo e sua tendência organizadas no movimento sindical ligado a Central Única dos Trabalhadores – CUT.

É sobre este quadro político que a FASUBRA desenvolvia o processo de negociação da pauta específica no MEC quando o Governo promove substituições em sua equipe, tanto para contemplar partidos da base aliada, com o objetivo de fortalecer a sua defesa, quanto para liberar quadros para assumir postos de controle na estrutura interna do PT, a fim de controlar a crise interna que se instalou a partir de denúncias do envolvimento de alguns de seus dirigentes em processos de corrupção. No geral, essas movimentações fortaleceram os setores de centro na composição do Governo e jogaram o PT e setores importantes da sociedade em um profundo defensismo político.

Foi neste momento que os novos interlocutores do MEC, após a substituição do Ministro Tarso Genro por Fernando Haddad, cometeram erros na condução do processo negocial em curso (fatídica reunião do dia 02/08/05) e possibilitou que, nacionalmente, o movimento dos TAE se unificassem para lançar a greve, por unanimidade, como alternativa de condução da categoria à conquista de suas reivindicações.

Deflagrada a greve, o primeiro encontro entre o Governo e o CNG só ocorre após muitos esforços que contou como o apoio da ANDIFES e Comissão Parlamentar, composta por deputados federais do PT e PCdoB, quando o MEC apresenta proposta concreta, sinalizando para a retomada do processo de negociação, em mesas específicas, com a possibilidade de avanços na pauta. (R\$ 320 milhões para a segunda etapa, R\$ 100 milhões para a não absorção do VBC e continuidade da mesa de negociação), condicionada ao retorno ao trabalho.

Motivado por diferentes perspectivas, a maioria do CNG não compreendeu a importância da proposta apresentada, induzindo a categoria a negá-la. Uma parte motivada pelo caráter político-partidário que foi dado ao movimento e outra pelo desconhecimento das reais possibilidades de se avançar na negociação estando em greve, prova disso foram as diversas justificativas alegadas para a continuidade da greve, algumas, inclusive, fora do eixo da nossa pauta.

Cabe ressaltar que o Governo pediu um crédito de até 30 de setembro para concretizar esta negociação internamente, mas, infelizmente a categoria por não entender o recuo tático do movimento naquele momento, não acatou a proposta de suspensão do movimento por 30 dias. Jamais saberemos se o governo estava blefando ou não.

A recusa da proposta, após o MEC afirmar ser uma proposta oficial, trouxe para o CNG a responsabilidade pela rejeição de recursos para a categoria, experiência que a FASUBRA não tinha em seu histórico, desobrigando, assim, o Governo da responsabilidade de viabilizar os recursos necessários para sua implementação.

Somente após uma reavaliação do CNG, onde esse faz uma mea-culpa, casada com diferentes ações junto aos aliados já constituídos, e novos que foram agregados, como o Presidente da Câmara, Dep. Aldo Rebelo, além das ações desenvolvidas nos estados, gerando repercussões políticas e sociais, é que o diálogo foi retomado.

Neste segundo momento o Governo recebe o CNG e apresenta uma nova proposta, R\$ 250 milhões para a segunda etapa da carreira e a constituição de grupos de trabalho para discutir os problemas do VBC e racionalização com um cronograma variando de 60 a 120 dias para conclusão dos trabalhos e novamente condiciona a abertura do processo de negociação, ao fim da greve.

Há consenso dentro do CNG que a proposta rebaixada apresentada pelo Governo é insuficiente e não atende à categoria. As divergências aparecem na maneira de se buscar ampliar tal proposta. Parte acredita ser possível ampliar a proposta em processo de negociação dentro da greve, parte acredita que somente com a suspensão da greve e a retomada da mesa de negociação é que será possível ampliá-la.

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

O Governo tem se mostrado intransigente com a FASUBRA, dando-lhe um tratamento diferenciado ao já dispensado às demais entidades em greve, como o ANDES e o SINASEFE, negando-se a negociar em greve, desde o seu início, mostrando-se rancoroso e penalizando a categoria com propostas rebaixadas, deixando transparecer estar dando o mesmo caráter político-partidário ao movimento que fora dado pelo CNG quando do início da greve.

Mesmo com este entendimento, o movimento, após ser consultado sobre a suspensão da greve, decide, mais uma vez, por sua continuidade e refaz todo o caminho feito anteriormente, ou seja, articulação com parlamentares, envio de documentos a Ministros, no sentido de sensibilizar o MEC para que o mesmo receba o CNG, fazendo manifestações e vigília diante do MEC e encaminha documento ao Ministro onde consta:

"Temos como elementos principais, sem menosprezo aos demais itens da pauta que também devem ser respondidos por este ministério, os que seguem:

1. *Implantação da segunda etapa de nossa carreira a partir de janeiro de 2006.*
2. *Resolução Imediata do Vencimento Básico Complementar (VBC). Nesse ponto, o MEC inicialmente apresentou uma proposta, que foi aceita pela categoria como patamar inicial no processo de negociação, desde que esta seja em caráter temporário e que tenha um calendário e repercussão financeira para resolução definitiva do VBC, iniciando em 2006. Este elemento é decisivo, uma vez que mais de 1/3 da categoria não terá nenhum ganho econômico em 2006.*
3. *Um cronograma de discussão e repercussão financeira para a implantação do processo de racionalização iniciando em 2006"*

Com este documento o CNG afirma ao Governo que, dos pontos de pauta que elegemos como prioritários, sem detrimento dos outros, restava o problema da data de implantação da 2ª etapa, do VBC e da Racionalização.

No dia 14/11 o Governo recebe o CNG e encaminha documento à Fasubra respondendo aos pontos acima referidos, estabelecendo janeiro como prazo de implantação da 2ª etapa do enquadramento e implantação da Racionalização ainda em 2006.

Quanto ao VBC, embora não conste do documento, o Governo, afirma, textualmente, que a sua solução não se dará em 2006, deixando claro, na fala da Coordenadora de Recursos Humanos do MEC, que a alternativa da não absorção do VBC, para o MEC, passa pela sua transformação em VPNI - Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada e que esta solução traria prejuízo para quem tem VBC e que a solução passa pela reestruturação da tabela. Aponta, ainda, que o Grupo de Trabalho deverá apresentar saída para este problema:

"...Em virtude das implicações estruturais e de impacto financeiro que qualquer proposta neste sentido acarretará a carreira, faz-se necessário a discussão aprofundada e detalhada" Of. nº 605/2005-MEC

No nosso entendimento, temos condições de convencer, juridicamente, o MEC de que a não absorção do VBC poderá ser realizada sem que o mesmo seja transformado em VPNI e que basta uma mudança no texto do artigo que cria o VBC. Para tanto, precisamos estabelecer, urgentemente, uma mesa de negociação.

Este posicionamento difere do posicionamento do coletivo Vamos a Luta. Para eles a solução do VBC, ainda que temporário, só se dará em greve.

Essa disputa com o Governo, associada à proximidade do prazo limite para se conseguir incluir no orçamento de 2006, um recurso adicional que beneficie a categoria no próximo ano (votação do orçamento 2006 em 15/12/2005), e grau de mobilização da categoria que, no seu conjunto, apresenta um baixo percentual de participação na greve, nos obriga a considerar um recuo tático, para abertura imediata da mesa de negociação para solução do VBC, único item da pauta, elencado como prioritário, não respondido de forma a atender nossa reivindicação, sob pena de condenarmos grande parte da categoria a ficar sem qualquer ganho salarial por três anos consecutivos (2004, 2005 e 2006).

Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Goiás

Os presentes na Assembléia Geral da Categoria avaliarão que a manutenção de uma queda de braço entre o Governo e o Movimento, para ver se negociamos ou não em greve, nesse momento, só prejudica a categoria, pois o prazo está se esgotando e a possibilidade da categoria ter perdas irreparáveis mostra-se cada vez mais evidente.

Reconhecem, também, que as grandes conquistas da categoria, inclusive o PCCTAE, se deram em processo de negociação em greve e que o recuo tático nesse momento **não significa virar as costas para o grupo de NS** e nem demonstra uma derrota do movimento, pelo contrário, mostra que o movimento sabe lutar em defesa dos interesses da categoria. Derrota será se negarmos os recursos já oferecidos e a possibilidade de ampliá-los na mesa de negociação.

Desta forma, a Assembléia Geral reafirma a posição de suspensão da greve, como um recuo tático necessário para a retomada da mesa de negociação junto ao MEC, baseado na:

- a. Baixa mobilização da categoria no conjunto das universidades;
- b. Proximidade do prazo limite para se conseguir incluir no orçamento de 2006 um recurso adicional que beneficie a categoria no próximo ano (votação do orçamento 2006 em 15/12/2005) e;
- c. Possibilidade da categoria que possui VBC ter perdas irreparáveis mostrar-se cada vez mais evidente;

Deliberações da Assembléia Geral:

1. cumprir a deliberação do Congresso e participar da MARCHA ZUMBI + 10 que ocorrerá no dia 22/11;
2. não participação no ato do dia 23/11 proposto pelo CNG por termos críticas pontuais a proposta e também não estamos dispostos a fazer palco a movimentações que só visam o crescimento de posições partidárias, que na verdade só interessa à extrema direita raivosa que está louca para voltar ao poder sob os aplausos destes setores que toma conta do movimento de servidores públicos no país devido a falta de habilidade política deste Governo;
3. a proposta apresentada é insuficiente, no entanto, mediante a proximidade do fechamento do prazo para apresentação de emendas ao orçamento ou elaboração de peça orçamentária;
4. indicar a participação no seminário de H.U, que deverá ser realizado no período de 07 a 09 de dezembro de 2005;
5. **retorno ao trabalho na próxima segunda-feira (21/11)**, aprovado com apenas quatro abstenções, por entender que esgotamos as possibilidades de **negociação em greve** e que o seu limite está dado. Este recuo se dá pelo fato de entendermos que ainda há tempo, neste momento, para realizar, efetivamente, as negociações como alternativa à greve para solução do VBC ainda que em caráter temporário na proposta orçamentária para 2006;
6. indica que não se usem os recursos oriundos do Fundo Nacional de Greve para financiar ações que não tenham unidade no movimento (caravanas);
7. Delegados(as) eleitos para o período de 17 à 21/11: Fátima dos Reis, Paulo Menezes e Eduardo Marques.

“Somos consequência dos nossos atos, se estamos certos ou errados, só a história da vida irá dizer”.

Goiânia, 17 de novembro de 2005.

**ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA
SINT-UFG**